A filantropia isolada

Os desafios sociais e ambientais exigem uma nova postura da Filantropia Brasileira. O presente já é complexo e os desafios crescem de maneira exponencial.

Por Daniel Brandão - 27/09/2019



A filantropia brasileira praticada por fundações e institutos empresariais e eventuais organizações familiares dedica-se aos muros. Financiadores operam os seus próprios projetos, na sua agenda particular com ânsias de equacionar problemas enormes que demandam força hercúlea.

Ainda que trabalhando em áreas correlatas e enfrentando desafios comuns, sendo o caso da melhora da educação pública o mais óbvio, as iniciativas articuladas em ações colaborativas são ainda raras. A abordagem de "impacto coletivo" ainda não se instalou. Sugerida há quase uma década em artigo da *Stanford Social Innovation Review* [1], esta ideia de mudança a partir das muitas mãos vai além das clássicas parcerias e se ancora em cinco frentes teórico-práticas: a construção de agendas comuns, a comunicação constante, o alinhamento entre as métricas, o desenvolvimento de atividades coordenadas que ganham exponencialidade quando coordenadas, e uma necessária estrutura de recursos e equipes. Seus princípios são lastrados na Teoria da Complexidade e nas inquietações de Mudanças Sistêmicas.

ASSUMIR A ABORDAGEM SISTÊMICA É RECONHECER A VIDA CONTEMPORÂNEA NESTA ERA VUCA: VULNERÁVEL, COMPLEXA, AMBÍGUA E INCERTA.

É navegar em ambiente onde a nossa capacidade de controle diminui, a incerteza aumenta, a objetividade fica turva, premissas estas ainda distantes da nossa razão diligente que decide e orienta sobre projetos a receber recursos para gerar algum resultado. Mas se os problemas são complexos, a abordagem para equacioná-los deve – imperativamente – também o ser.

Ao lidar com a complexidade reconhecemos que o sistema é composto de partes interconectadas, sendo sua posição e seu grau de conexão com outros elementos o fator principal de sua capacidade de influenciar a dinâmica do todo. Padrões de comportamento podem ser observados em cada tecido, mas sistemas complexos precisam ser decifrados com calma e por muitos olhares, o que convoca à necessidade de um coletivo (idealmente diverso) para compreendê-lo, bem como pede paciência para investimentos que recebe com a ambição de mudar seu comportamento ou padrões.

Transformações em princípios e premissas que regem o *modus operandi* de um sistema não ocorrem no curto prazo e assim, os períodos tradicionais de financiamento de projetos a fundo perdido, na casa de dois a três anos, são aromas a trazer apenas frescor aos problemas complexos. O "capital paciente", reconhecido no glossário de negócios de impacto social, deve ganhar mais protagonismo na cena filantrópica para alcançarmos soluções duradouras. Uma mudança de sistema – por sinal – relaciona-se essas três dimensões: os **modelos mentais ou paradigmas**, a **dinâmica de relações / poder** e os **padrões ou estruturas que determinam as suas formas de operar ou fluxos**.

A opção pela colaboração no Impacto Coletivo segue, infelizmente, mais próxima das experiências estrangeiras. Mas os desafios sociais e ambientais exigem uma nova postura da Filantropia Brasileira. O presente já é complexo e os desafios crescem de maneira exponencial. O convite que aqui fazemos é para ser assumido imediatamente. Para avançar vale consultar a boa literatura e casos que exploram este tema. E vamos nos lançar nesta jornada incerta a fazer o máximo que nos for possível para transformar este mundo, vasto mundo.

[1] Kania, J. e Kramer, M. **Collective Impact**. Stanford Social Innovation Review, 2011. Acessível em https://ssir.org/articles/entry/collective_impactincipais

Daniel Brandão é fundador e diretor executivo da Move Social, uma empresa B que pretende "mudar organizações para que mudem o mundo". E o novo colunista da Aupa

daniel@move.social

Daniel Brandão

Sócio-fundador da Move, Daniel tem ampla experiência em avaliação e desenho de soluções de impacto social para fundações corporativas, fundações familiares, ONGs e startups que atuam nas áreas de educação, meio ambiente e direitos humanos. Foi cofundador do Instituto Fonte e integrou o quadro técnico da Fundação W.K. Kellogg. É mestre em educação pela PUC-SP e bacharel em engenharia agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP. Desde 2016 é membro da Diretoria da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação.